



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 4º PERÍODO **DATA: 19/09/2022**

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Civil – Das Obrigações II
Professora: Leilane Paula Camargos

Questão 01

Caius Castrus, convidou Mariana Mares para um encontro num restaurante chiquíssimo. Na hora de pagar a conta Caius Castrus disse que a conta seria dividida entre os dois e ficaria em 1.000,00 para cada. Mariana Mares concordou que iria pagar a metade, mas logo percebeu que estava com uma mini-bolsa da Jacquemus que não cabe nem o cartão de crédito. Caius Castrus pagou a conta de Mariana Mares. A quitação saiu em nome de Mariana Mares. Nesse caso:

- a) Caius Castrus é um terceiro interessado e sub-roga no direito do restaurante.
- b) Caius Castrus é um terceiro não interessado e terá direito à mero reembolso do valor pago.
- c) Caius Castrus é um terceiro não interessado e não terá direito nem à reembolso nem à sub-rogação
- d) Caius Castrus é um terceiro não interessado e terá direito à sub-rogação.

Questão 02

Neymario obriga-se a entregar um fusca azul 72 para Leonel. Na data da entrega, Neymario chega com uma Ferrari Vermelha 2021.

- a) Leonel é obrigado a aceitar a Ferrari Vermelha porque ela é mais valiosa. Para rejeitá-la precisa justificar.
- b) Pelo princípio do nominalismo, Leonel não é obrigado a aceitar outro objeto ainda que mais valioso.
- c) Pelo princípio da especificidade, Leonel não é obrigado a aceitar outro objeto ainda que mais valioso.
- d) Pelo Princípio da cláusula de escala móvel, Leonel não é obrigado a aceitar outro objeto ainda que mais valioso.

Questão 03

Quanto à prova do pagamento assinale a correta:

- a) Se a dívida é periódica, a quitação da última prestação não presume que as anteriores estão quitadas
- b) A quitação do capital sem reserva de juros, presumem-se que estes foram pagos
- c) A entrega do título ao devedor não presume que este foi pago
- d) As presunções de pagamento são presunções absolutas

Disciplina: Direito Processual Civil I
Professora: Roberta Favalessa Donini

Questão 04

Com relação ao Direito Processual Civil, é correto afirmar que:

- a) trata-se de direito público, pois suas normas disciplinam a relação entre as partes e o poder estatal, no curso do processo.
- b) trata-se de direito privado, posto que o Direito Processual Civil tem suas normas voltadas somente para processamento de conflitos na seara do Direito Civil.
- c) trata-se de direito privado, já que os conflitos de interesses de natureza civil – discussões acerca de Direito material civil – sejam atendidos conforme padrões formais, previamente estabelecidos, na lei e seguido pelo judiciário.
- d) trata-se de direito público, porém, NÃO é um ramo autônomo do direito, ou seja, precisa dos demais ramos de direito para existir.

Questão 05

Analise as assertivas abaixo:

- I – Norma Cogente é de ordem pública, não pode ser derogada pela vontade do particular, ou editada com a finalidade de resguardar os interesses da sociedade.
- II – Norma Não Cogente (ou Dispositiva) não contém um comando absoluto. Sua imperatividade é relativa, podendo ser derogada em razão de um interesse específico dos litigantes.
- III – O Código de Processo Civil possui apenas normas Cogentes, assim, aos litigantes é defeso a autocomposição.

Está correto:

- a) somente a I.
- b) somente a II.
- c) somente a III.
- d) somente I e II.

Questão 06

São consideradas fontes formais de direito:

- a) a lei, a doutrina, o costume, os princípios gerais do direito e, os precedentes vinculantes.
- b) a lei, a analogia, o costume, os princípios gerais do direito e, os precedentes vinculantes.
- c) a lei, a analogia, o costume, a jurisprudência
- d) somente a lei.

Questão 07

O conceito abaixo refere-se a qual princípio?

“É o princípio que assegura a todos o direito a um processo com todas as etapas previstas em lei e todas as garantias constitucionais.”

- a) Princípio do acesso à justiça.
- b) Princípio do contraditório.
- c) Princípio do devido processo legal.
- d) Princípio da publicidade dos atos processuais.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial II

Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 08

Por qual crime deve responder o agente que se aproxima sorrateiramente, bate a carteira do bolso traseiro da calça da vítima e empreende fuga, se a vítima, pressentindo a subtração, põe-se em perseguição ao agente na tentativa de reaver a *res*, acaba atropelada e morre em consequência dos ferimentos suportados?

- a) furto simples
- b) roubo
- c) roubo seguido de morte
- d) Furto majorado pela dissimulação

Questão 09

Gertrudes, para subtrair a corrente de ouro que Gercina levava no pescoço, deu um soco na fronte da vítima. Em razão do soco, a vítima cai e fica inconsciente por alguns segundos. Gertrudes aproveita para subtrair a corrente de ouro e outros pertences dos bolsos da vítima. Diante esse fato hipotético, marque a alternativa CORRETA.

- a) trata-se de roubo próprio
- b) trata-se de roubo impróprio
- c) a conduta do agente tipifica como roubo privilegiado, haja vista não ocorrer a morte da vítima
- d) a conduta do agente tipifica como furto qualificado

Questão 10

Analise as afirmações abaixo e escolha a resposta correta:

I - Furto de uso, em face do Código Penal vigente, não constitui crime.

II - No furto mediante fraude, a fraude visa permitir que a vítima incida em erro e, por isso, despoje voluntariamente de seu bem, tendo consciência de que este está ingressando na esfera de disponibilidade do autor.

III - No furto qualificado pelo abuso de confiança, o sujeito não tem a posse do objeto material, que continua na esfera de proteção de seu dono.

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) As afirmações II e III estão corretas.

- c) As afirmações I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas

Questão 11

A Constituição Federal preceitua que todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade. Por isso, o Código Penal tutela o direito de propriedade, tipificando, nos artigos de 155 a 183, os crimes contra o patrimônio.

A respeito desses crimes, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo a Súmula 610 do STF, há crime de latrocínio quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima.
- b) Responde por roubo consumado o agente que, após o emprego de violência e a subtração da coisa, a perde durante a fuga.
- c) O princípio da insignificância é incompatível com o roubo.
- d) O crime de roubo, pelo fato de haver morte, é julgado pelo tribunal do júri.

Disciplina: sociologia Professor: Me. Mário César M. Miranda

Questão 12

Os preceitos do conceito de fato social, de Émile Durkheim, consistem em:

Escolha uma opção:

- a) Coerção social, generalidade e exteriorização.
- b) Coerção social, punição e individualização.
- c) Relativização, individualização e tradição.
- d) Punição, generalidade e individualização.

Questão 13

É considerada como a primeira corrente teórica sistematizada do pensamento sociológico o:

Escolha uma opção:

- a) Darwinismo
- b) Socialismo
- c) Organicismo
- d) Positivismo

Disciplina: Direito Empresarial II Professor: Ronaldo Carvalho

Questão 14

Lavanderias Roupas Limpas Ltda. (“Roupa Limpa”) alienou um de seus estabelecimentos comerciais, uma lavanderia no bairro do Jacintinho, na cidade de Maceió, para Caio da Silva, empresário individual. O contrato de trespasse foi omissivo quanto à possibilidade de restabelecimento da “Roupa Limpa”, bem como nada dispôs a respeito da responsabilidade de Caio da Silva por débitos anteriores à transferência do estabelecimento. Nesse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato de trespasse será oponível a terceiros, independentemente de qualquer registro na Junta Comercial ou publicação.
- B) Caio da Silva não responderá por qualquer débito anterior à transferência, exceto os que não estiverem devidamente escriturados.
- C) Na omissão do contrato de trespasse, Roupas Limpas poderá se restabelecer no bairro do Jacintinho e fazer concorrência a Caio da Silva.
- D) Não havendo autorização expressa, “Roupa Limpa” não poderá fazer concorrência a Caio da Silva, nos cinco anos subsequentes à transferência.

Questão 15

Uma indústria lança no mercado um novo modelo de garrafa térmica, cujo único diferencial é a forma arrojada e inédita. Qual é a proteção adequada para esse produto face a Lei de Propriedade Industrial?

- a) Patente de invenção.
- b) Desenho industrial.
- c) Modelo de utilidade.
- d) Registro de marca.

Questão 16

A Lei da Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

- a) uma nova teoria científica capaz de demonstrar as razões da falta de eficiência energética de determinados geradores.
- b) novos programas de computadores.
- c) novos métodos cirúrgicos para aplicação ao corpo humano.
- d) um objeto de uso prático suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional em sua fabricação.

Questão 17

Estabelecimento é o complexo de bens organizado para o exercício da empresa. A definição é:

- (A) correta, porque nela existem todos os elementos.
- (B) incorreta, por faltar menção a fundo de comércio.
- (C) incorreta, porque nela haverá de figurar os bens particulares dos sócios.
- (D) incorreta, porque nela falta o aviamento.

Disciplina: Direito Administrativo I Professor: Nelson Oberlander
--

Questão 18

Com relação ao conceito de Direito Administrativo, assinale a opção que congrega de forma correta os elementos que o compõem.

- a) Direito Administrativo pode ser traduzido pelo conjunto de normas e princípios que organizam a relação jurídica exclusivamente entre os próprios componentes da Administração Pública.
- b) Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que estuda princípios e normas reguladores do exercício da função administrativa.
- c) Direito Administrativo é um conjunto de princípios e normas que não alberga a noção de bem de domínio privado do Estado.
- d) Direito Administrativo sintetiza-se no conjunto harmônico de normas e princípios que regulam exclusivamente as relações jurídicas administrativas entre o Estado e o particular.

Questão 19

Quando o Estado, por seus procuradores, insiste em apresentar recursos judiciais meramente procrastinatórios, diz -se que tal proceder:

- a) Reflete o atendimento ao interesse público primário, eis que o Estado não pode abrir mão do seu direito de ação.
- b) É fruto do princípio da indisponibilidade do interesse público primário.
- c) Pode atender ao interesse público secundário, mas não ao primário.
- d) É fruto do princípio da supremacia do interesse público.

Questão 20

A Administração Pública, considerada em sentido objetivo, ou seja, no efetivo exercício da função administrativa, pratica diversas atividades voltadas a consecução de suas finalidades. Não engloba estas atividades:

- a) Polícia Administrativa.
- b) Elaboração legislativa, com caráter inovador.
- c) Serviço Público.
- d) Fomento a atividades privadas de interesse público.

Questão 21

A interpretação das normas de direito administrativo, embora não refratária à aplicação analógica das regras do direito privado, singulariza-se pelos elementos indicados a seguir:

- a) presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos.
- b) evocabilidade e anulabilidade dos atos administrativos, por motivos de conveniência ou oportunidade, insuscetíveis de avaliação judicial.
- c) disponibilidade dos interesses públicos, em razão do poder discricionário atribuído a todos os agentes públicos.
- d) desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados.

~~~~~

Não há nada no mundo que se iguale ao amor de Deus. Ele é o escudo que está sempre nos livrando do mal.